

GP N° 286/2023

Petrópolis, 22 de maio de 2023.

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do Oficio PRE LEG 0304/2023, com Autógrafo de Lei do Projeto de Lei CMP 2171/2022 que "PROÍBE A DISTRIBUIÇÃO DE ANIMAIS VIVOS A TÍTULO DE BRINDE, PROMOÇÃO, RIFA OU SORTEIO, ASSIM COMO PERMUTÁ-LOS ENTRE SI OU POR OBJETOS", de autoria do Vereador Domingos Protetor, aprovado em reunião realizada em 27 de abril de 2023.

Ao restituir cópia do Autógrafo, comunico que **VETEI PARCIALMENTE** o referido Projeto, consoante as razões em anexo.

Na oportunidade, reitero protestos de estima e

RUBENS JOSE Assinado de forma digital por RUBENS FRANCA JOSE FRANCA BOMTEMPO: 75 Dados: 2033.05.22 00367560755 Dados: 2033.05.22 00367560755 Dados: 2033.05.22 00367560755 Dados: 2033.05.22 00367560755 Dados: 2033.05.22

## **RUBENS BOMTEMPO**

Prefeito

Exmo. Sr.

consideração.

VEREADOR JÚNIOR CORUJA

DD. Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS Protocolo - Setor Legislativo 2 2 MAI 2023 N.º Nº 2 8 2 8 - RAZÕES DE VETO AO PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO SENHOR VEREADOR DOMINGOS PROTETOR, QUE "PROÍBE A DISTRIBUIÇÃO DE ANIMAIS VIVOS A TÍTULO DE BRINDE, PROMOÇÃO, RIFA OU SORTEIO, ASSIM COMO PERMUTÁ-LOS ENTRE SI OU POR OBJETOS".

Apesar da importância da matéria de que se ocupa o referido Projeto, que "proíbe a distribuição de animais vivos a título de brinde, promoção, rifa ou sorteio, assim como permutá-los entre si ou por objetos", fui levado à contingência de vetá-lo parcialmente em virtude de invasão de competência.

Veja que em que pese não existir vício de natureza formal, porquanto a matéria trata de direito penal, cuja competência para legislar é da União, através do Congresso Nacional, por força dos arts. 22, I, e 48, ambos da CF.

As questões relativas às condições de bem-estar dos animais, durante os últimos anos, vêm sendo abordadas com mais intensidade e a vedação à crueldade à fauna ganhou respaldo inclusive na constituição no art. 225, §1°, VII, da CF:

- **Art. 225** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- § 1° Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

 $(\ldots)$ 

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (...)

Por outro lado, a vedação à crueldade encontra-se devidamente tipificada no art. 32, da citada lei nº 9.605, de 1998.



**Art. 32.** Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Inobstante, tem-se que as condutas recreativas praticadas com animais domésticos, imbuídas de atitudes contrárias à moral e à ética, na distribuição de animais a título de sorteio ou brinde, ainda merecem mais atenção, haja vista que são mínimas as ações mitigadoras dessas práticas.

Ocorre que dependendo do ato, a conduta proibida pode ser alcançada pelo referido tipo penal constante do art.32, caput, da Lei nº 9.605, de 1998, ou incidir no princípio da insignificância, afastando a própria tipicidade penal, o que não considerará o ato praticado como crime.

Consoante as razões acima, apesar da importância da matéria de que se ocupa o referido Projeto, o Autógrafo de lei em comento tem caracterizado flagrante invasão de competência, o que me obriga, por força legal, **vetar o artigo 2**° do referido projeto de lei em sua integralidade.

Assim, decidi vetar o Projeto ora encaminhado à deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa.

RUBENS JOSE digital por RUBENS JOSE FRANCA JOSE FRANCA BOMTEMPO:00367 560755 Dados: 2023.05.22 18.08.26 -03'00'

**RUBENS BOMTEMPO** 

Prefeito